

Corrida por recursos

Nova linha de crédito do BNDES promete R\$ 500 milhões para financiar instituições de Ensino Superior. Correndo no mesmo páreo que as federais e estaduais, as universidades privadas têm chances de conquistar boa parte dos empréstimos



DUPLA FACE

Volta do Proálcool trará combustível novo aos velhos vícios da indústria brasileira?

Pág. 4

PESQUISA

Seminário sobre Ciência e Tecnologia expõe alternativas para política de investimentos federais

Pág. 8

CONAD

Encontro de professores universitários revela cavaleiros na luta contra o dragão neoliberal

Pág. 9

ENTREVISTA

Roberto da Silva fala da Febem, instituição em que passou 11 anos e virou tese de seu mestrado na USP

Pág. 12

Editorial

Recentemente, realizou-se no Congresso Nacional um seminário sobre a Política Nacional de Ciência & Tecnologia. O evento contou com a participação da maior parte das entidades que reúnem a comunidade científica brasileira, além de nomes consagrados do setor, sendo uma iniciativa da Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, recentemente formada. Seu propósito foi o de inaugurar o debate sobre o tema no Congresso. Este, apesar de contar com uma Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação que congrega nada menos de 102 deputados entre titulares e suplentes, não têm sido pródigo na área, pelo simples fato de que, refletindo as inclinações de grande parte de seus pares, a maioria dos deputados que integram a referida comissão o fazem atraídos pelo complemento Comunicação do que por qualquer interesse pelas asperezas do par Ciência & Tecnologia.

A iniciativa do Seminário, portanto, deve ser calorosamente saudada, esperando-se que seja apenas um começo. Afinal, o tradicional descaso do Legislativo pelos assuntos de C&T e pela Universidade de forma geral, num país que se diz capaz de acompanhar o desenvolvimento científico em escala global, é um evidente sintoma de atraso, permitindo absurdos como o que assistimos na Comissão da PEC 370: seu relator, deputado Paulo Bornhausen, jovem ex-aluno não muito brilhante que jamais foi além de um curso de graduação, mete-se a ditar regras para o futuro da Universidade apesar de reconhecer que não entende do assunto!

Na outra ponta deste descaso situa-se a Universidade, e aqui também a mudança de hábitos não será coisa fácil. Com raríssimas exceções, nossas universidades não refletiram a iniciativa de forças sociais organizadas em busca de expressão cultural e científica em níveis mais elevados. Foram, em sua quase totalidade, fruto direto da Razão de Estado, configurada em iniciativas do Executivo identificadas ao Nacional-Desenvolvimentismo em suas diversas variantes. Trazem, assim, o selo do autoritarismo que caracterizou tais iniciativas, mas carregam sobretudo uma verdadeira síndrome de dependência do poder estatal que não parece tão próxima de esgotar-se.

É sob este ângulo que devemos analisar as recentes iniciativas, no âmbito desta Universidade, de um novo relacionamento com a bancada federal gaúcha, iniciativa que partiu da Adufrgs e conta com o apoio da reitoria. O debate sobre autonomia universitária ensejou a iniciativa, enquanto as contradições que levaram à paralisia das discussões sobre a PEC 370 possibilitam a adoção de uma estratégia que, no limite, levará à elaboração de um projeto alternativo no âmbito do Legislativo, para o qual a iniciativa da bancada gaúcha, articulada com as universidades do Estado, terá importância decisiva. Da mesma forma, esta parece ser apenas a arena em que se colocará a questão dos salários dos docentes e técnico-administrativos no curto prazo.

Independentemente dos resultados imediatos que poderemos colher desta iniciativa, é fundamental que tenhamos a pretensão de estarmos começando uma nova fase na vida da Universidade. Sem cairmos em ilusões sobre a natureza de muitos interesses que lamentavelmente dão provas de seu peso no Congresso, é nossa obrigação sermos realistas frente ao fato de que (infelizmente!) grande número de congressistas honra seus mandatos, independentemente do partido ao qual se filiem. Ao dar-se a conhecer a estes congressistas, a Universidade contribui para qualificar sua atuação e redefine sua relação com o Estado, tornando-se, por isto mesmo, mais capaz de conquistar a tão almejada autonomia.

ad nauseam



O B S E R V A T Ó R I O

Juristas no Peru

Lima – De 11 a 13 de maio, dois representantes da Associação Americana de Juristas (AAJ) estiveram no Peru em uma missão que tentava confirmar denúncias de violação de direitos humanos na recente invasão da Embaixada do Japão, em Lima, por forças do exército peruano. A Comissão, composta pelo presidente continental da AAJ, José Felipe Ledur, e o presidente do Conselho Consultivo, Beinusz Szumukler, visitou também os magistrados do Tribunal Constitucional para analisarem os efeitos da atitude do presidente Alberto Fujimori sobre a liberdade do Poder Judiciário e do Ministério Público, além de graves irregularidades na administração da Justiça. Como resultado, os dois juristas elaboraram um informe preliminar onde a AAJ cobra do governo peruano a garantia da independência das instituições judiciais, bem como a suspensão dos efeitos das ações contra membros do Tribunal e a instalação de uma investigação imparcial das circunstâncias da retomada da Embaixada japonesa.

Conferência da AAJ

Cidade da Guatemala – A Associação Americana de Juristas (AAJ) realizará, de 6 a 10 de outubro, sua 11ª Conferência Continental. O evento tratará de temas gerais como globalização, regionalização e soberania, respeito e vigência dos direitos humanos, e também de assuntos mais técnicos como a independência e eficácia da administração da Justiça. No dia 10 de outubro, uma assembleia geral deverá eleger os novos membros do Comitê Executivo da entidade. Interessados em participar, podem fazer contato em Porto Alegre, pelo telefone (051) 228.1255.

Dois pesos...

Brasília – Está em xeque o discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso pela defesa da quebra da estabilidade. Segundo o governo, a legislação vigente para o serviço público federal impede a demissão de maus funcionários e contribui para a existência de um quadro de pessoal improdutivo. Em flagrante contradição, o presidente da República assinou portaria (publicada no Diário Oficial da União de 17 de junho) em que absolve de exoneração a professora Antonia Regia de Mendonça Fernandes, funcionária fantasma da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Antonia, cuja demissão foi sugerida por duas comissões de inquérito constituídas pela UFRN, jamais lecionou naquela instituição. Mesmo assim, passou por diversas promoções profissionais e agora requer sua aposentadoria por tempo de serviço.

SBPC contra colecionável de ZH

Porto Alegre - A Secretaria Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) assinou em conjunto com a Adufrgs nota paga publicada em Zero Hora no último dia 3. Na nota, as entidades manifestaram preocupação com a publicação de fascículo com o tema Astrologia, onde se pretende dar a uma crença o status de ciência. "A história da humanidade tem sido pautada pela continuada luta contra a ignorância e pelo esforço de ampliar os horizontes do conhecimento", assinalou o documento. "É por isso que a iniciativa de Zero Hora em dar amplo espaço para a divulgação de idéias secularmente reconhecidas como fruto da ignorância – quando não fruto da desonestade e do charlatanismo – em nada contribuirá à educação popular".

Hay que tener educación

Buenos Aires - Numa das marchas de maior mobilização na história da Argentina, 65 mil pessoas reuniram-se na Plaza de Mayo, no último dia 20, para cobrar do governo a sanção da Lei de Financiamento Educativo, destinada principalmente à incrementação dos salários dos professores. Vale dizer que a categoria recebe em torno de US\$ 350,00.

Conecte-se

Porto Alegre – Em parceira com o CPD da Ufrgs, a Adufrgs vai tornar-se provedora de acesso à Internet. Já foram encomendados os equipamentos necessários, e em breve os associados poderão conectar-se à rede com rapidez, facilidade de acesso e custos reduzidos.

Delícias da privatização

Porto Alegre – Recentemente privatizada, a CRT ainda não apresentou a qualidade de serviços prometida pela iniciativa privada. Sem falar nos problemas para transmissões de dados, em face das péssimas condições dos cabos, em alguns pontos da cidade é quase impossível obter uma linha telefônica. A Adufrgs comprou há dois meses uma linha pela Telebolsa, atendendo a antiga reivindicação dos associados. A entidade já realizou o pagamento, mas até agora nada de telefone. Segundo informações da Telebolsa e da própria CRT, a linha não será instalada nos próximos dois meses devido à falta de rede externa na região.

ADUFRGS

Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Seção Sindical da ANDES-SN. Rua Otávio Corrêa, 45. Porto Alegre/RS.
CEP: 90050-120 Tel: (051) 226.27.19 e 316.34.95 FAX: (051) 226.1860
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

DIRETORIA

Presidente: Renato de Oliveira; 1º Vice-Presidente: Carlos Schmidt; 2º Vice-Presidente: Lúcio Hagemann; 1º Secretário: Eloína Prati dos Santos; 2º Secretário: Jorge Ducati; 1º Tesoureiro: Mário Brauner; 2º Tesoureiro: João Vicente Silva Souza; 1º Suplente: Benedito Tadeu César; 2º Suplente: Ricardo Jacobi.

ADVERSO

Publicação quinzenal da Adufrgs
Tiragem: 3.500 exemplares
Edição: Silviano Mariani
Reportagem: James Götgen
Estagiárias: Adriene Trinca e Fabrícia Osanai
Impressão: Grande Sul/Fotoletras



América para os americanos (e canadenses, na nova doutrina Monroe)

Martha Alves d'Azevedo

Pesquisadora, aposentada pelo Departamento de Comunicação da Ufrgs

Pergunta – Qual a possibilidade de que o Mercosul passe a se movimentar de forma autônoma, comercial e politicamente, na medida em que autoridades do governo dos EUA e Canadá já demonstraram considerar isso uma situação inaceitável?

Resposta – Considerando o mercado internacional, percebe-se que a chance do Mercosul de se movimentar de forma autônoma comercial e politicamente reside no jogo de forças entre os Estados Unidos e a União Européia e a possibilidade de um terceiro ator em cena, ou seja, os Tigres Asiáticos disputando novos mercados com força ainda não totalmente previsível no mundo globalizado.

P – O Mercosul corre o risco de diluir-se no âmbito da Área de Livre Comércio da América?

R – Em junho de 1996 na sessão plenária do Forum Econômico do Mercosul, na cidade de Buenos Aires, Fernando Henrique Cardoso expressou a posição do Mercosul: "Temos interesse na interação do Hemisfério, mas precisamos ir passo a passo". A posição do Brasil e do Mercosul é de que primeiro o bloco tem que buscar adesão dos demais países da América do Sul, para só então iniciar a formação da integração hemisférica. Quando o presidente Bush lançou a idéia de unificação das Américas em 1990, imaginou uma união comercial sob a batuta dos Estados Unidos, já preocupados com a União Européia, da qual se sentia alijado. A criação do Mercosul incentivada pelo governo americano seria o primeiro passo para a unificação idealizada, mas deveria ser apenas um tratado comercial como o Nafta. No Fórum Econômico da Mercosul realizado em Buenos Aires, em 1996 (ZH 25/06/96), Fernando Henrique

afirmou: "Sabemos que sozinhos não chegaremos a nada, mas juntos queremos ser atores, não protagonistas". Na 10ª reunião de cúpula do Mercosul em San Luis, Argentina, o acordo de adesão do Chile afirmava: "A integração física é talvez o aspecto de maior relevância na associação que nosso país está iniciando com as nações vizinhas. (ZH ,26/06/96). Riodan Roett, consultor do World Econômico Forum (WEF) e diretor do Centro de Estudos Latino-Americanos, da Cohan Hopkins Nitze School, em Washington, afirmava: "a expansão e a consolidação do Mercosul estão caminhando de forma mais rápidas do que pensávamos". E mais adiante: "Quanto maior for a rede de acordos do Mercosul, mais se consolidará a sua força diante das pressões norte-americanas".

P – Qual é a explicação para a postura do sindicalismo brasileiro, que continua assobiando e olhando para o lado como se o assunto ALCA não fosse do seu interesse?

R – No segundo Fórum Sindical e Social realizado em Assunção, Paraguai, em junho de 1997, o argentino Carlos Custer (integrante do Conselho de Trabalhadores do Cone Sul), afirmava: "se não nos apressarmos para integrar nossas economias e ampliar essa integração para outras áreas, além da comercial, seremos aniquilados pela ALCA." "Também queremos facilitar o livre trânsito de profissionais, através do reconhecimento de suas carreiras nos quatro países. Só assim seremos mais do que uma zona de livre comércio e sobreviveremos à ALCA" (Gazeta Mercantil, 18/06/97). Parece que o sindicalismo brasileiro está necessitando abrir os olhos, olhar o horizonte e caminhar para a frente se deseja sobreviver.

A reeleição do Plano Real

Marcelo Portugal

Departamento de Ciências Econômicas da Ufrgs

Pergunta - Declarações de autoridades do governo na área econômica afirmam que a prioridade é evitar o aquecimento da economia a fim de manter a estabilidade monetária. É lícito realizar tal estabilização a qualquer custo?

Resposta - É lógico que a "qualquer custo" muito pouca coisa se justifica. Contudo, cabe notar que o correto é comparar os custos da estabilização com aqueles decorrentes do processo de inflação crônica que vivímos antes do início do Plano Real. A inflação é um processo perverso que redistribui renda das camadas mais pobres da população para o setor financeiro e para o governo. Não é por outra razão que após o Plano Real, com a redução dramática da inflação, vários bancos e o governo começaram a experimentar problemas financeiros, enquanto os níveis de consumo das camadas de baixa renda explodiram. Argumenta-se muitas vezes que o principal custo que o plano de estabilização tem trazido é o desemprego. Cabe notar, contudo, que o desemprego no Brasil é muito baixo se comparado a padrões internacionais. Segundo os dados do IBGE, a taxa de desemprego aberto no Brasil está em torno de 5,7%. O principal problema do mercado de trabalho no Brasil não é o desemprego, mas sim a qualidade dos postos de trabalho que estão sendo criados. Mas este problema não foi criado pelo Plano Real. O ponto central nesta área é o aumento de produtividade e qualificação da mão-de-obra de forma a viabilizar salários mais elevados.

P - Recessão versus política inflacionária: como sair desse dilema?

R - Em 1958, o economista inglês A. W. Philips estabeleceu as bases para o entendimento da relação entre crescimento e inflação. A chamada Curva de Philips mostra que não é possível para o Brasil, ou para qualquer outro país, crescer de forma "muito acelerada" sem gerar inflação. Nos Estados

Unidos, por exemplo, o Banco Central já começou a elevar as taxas de juros de curto prazo para tentar "esfriar" um pouco a economia, de forma a manter a taxa de inflação nos atuais 3% ao ano. No caso brasileiro, contudo, a grande limitação ao crescimento são os déficits nas contas públicas e, principalmente, na balança comercial. O governo cometeu um grave erro no início do Plano Real deixando a taxa de câmbio nominal se valorizar. Em outubro/novembro de 1994 a taxa de câmbio chegou a um patamar de R\$/US\$ 0,83. Isto provocou uma substancial valorização real da taxa de câmbio que a atual política cambial não consegue corrigir. Com isso as exportações perdem competitividade e as importações ficam baratas, agravando o déficit da balança comercial.

P – Quais as perspectivas do Plano Real frente à possibilidade de reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso?

R - Acredito ser importante desvincular a continuidade do processo de combate à inflação da reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. Os candidatos à Presidência, especialmente os ditos progressistas, devem ter claro que a manutenção de uma baixa taxa de inflação, associada à disciplina fiscal, que é indispensável para tanto, deve ser o ponto central de qualquer plano de governo. Ser "progressista" atualmente é defender o equilíbrio fiscal e a austeridade monetária. O partido trabalhista inglês, que voltou ao poder depois de 17 anos de governo conservador, já deixou claro que não pretende gastar mais do que arrecada. As taxas de juros foram elevadas para 6,5% ao ano para esfriar a economia e impedir um possível aumento da inflação. Além disso, iniciou-se um processo visando tornar o Banco da Inglaterra em um Banco Central independente, preocupado apenas com a manutenção do poder de compra da moeda. Entretanto, parece que o exemplo inglês ainda não foi entendido aqui nos trópicos.

Brasilianas

Empregado poderá faltar ao trabalho no dia do vestibular

Projeto que permite ao empregado faltar ao trabalho, sem prejuízo do salário, no dia do vestibular, foi aprovado pelo Senado e será encaminhado à sanção presidencial. Segundo o relator do projeto, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), quem trabalha antes de fazer curso superior "é pessoa pobre, e por isso a mudança na CLT para a dispensa do trabalho no dia do vestibular é justa".

A CLT já prevê dispensa de trabalho, sem perda de dia trabalhado, nos casos de morte de parente próximo (2 dias), casamento (3 dias), nascimento de filho (1 dia), alistamento eleitoral (2 dias) e no dia em que o empregado doar sangue (1 dia a cada 12 meses).

Imunidade parlamentar pode acabar

Tramita no Senado proposta de emenda constitucional que permite prisão por crime inafiançável, sem a autorização da respectiva Casa, e altera sistemática de concessão de licença para processo pelos demais tipos de delito cometidos por deputados e senadores.

CRT no balcão

A Lei Geral das Telecomunicações será um dos principais temas do Congresso no mês de julho. Foi o que adiantou o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães. Mesmo negando no dia seguinte, o governador Antônio Britto deu declarações à Agência Globo de que deverá vender o restante do capital do Estado na CRT assim que a LGT for aprovada.

Parceria civil

A classe artística enviou um manifesto aos deputados brasileiros expressando apoio ao Projeto de Lei que reconhece a parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo. O Projeto nº 1.151, de 1995, assegura o acesso aos direitos civis. De autoria da deputada Marta Suplicy (PT-SP), ele também garante o direito à nacionalidade, nos casos de estrangeiros com parceiros brasileiros, imposto de renda e renda conjunta para a compra de imóvel. O projeto foi aprovado em Comissão Especial na Câmara na forma de substitutivo apresentado pelo relator, deputado Roberto Jefferson, e deve passar por votação no Plenário.

Entre os que manifestaram apoio ao projeto, estão: Jorge Amado, Chico Buarque, Antônio Fagundes, Rubem Fonseca, Glória Pires, Paulo Autran, Beatriz Segall, Marília Pera, Eva Wilma e Fafá de Belém.

Aposentados

Recadastramento

O Ministério da Administração e Reforma do Estado está recadastrando os aposentados e pensionistas. Para efetuar o recadastramento, o beneficiário deve comparecer a uma das agências do Banco do Brasil levando Carteira de Identidade, CPF, cópia do contracheque de junho e comprovante de conta individual.

Reunião GT

O Grupo de Trabalho Aposentados convoca seus participantes para o próximo encontro, no dia 16 de julho, às 14h30min, na sede da Adufrgs. Na pauta, está prevista a eleição de um membro do grupo para o Conselho de Representantes e relato e análise das emendas da Reforma da Previdência.

CARTAS

PROFESSOR,

EXERCITE SEU LADO ADVERSO. IDÉIAS, CRÍTICAS E SUGESTÕES SÃO SEMPRE NECESSÁRIAS E BEM-VINDAS. AS CARTAS PARA O JORNAL PODEM SER ENVIADAS POR FAX, CORREIO OU E-MAIL (adufrgs@portoweb.com.br).

Proálcool e Cidadania no Campo

Fernando Ferro – Deputado Federal PT/PE

Com o oportunismo que lhe é característico, o sociólogo, e agora ecologista, Fernando Henrique Cardoso, anunciou na mais recente reunião da ONU sobre meio ambiente que pretende retomar o Programa Nacional do Álcool, Proálcool.

Criado em 1975, o Proálcool acumula hoje uma dívida superior a R\$ 9 bilhões. A área plantada é de 3 milhões de hectares e faz movimentar hoje uma frota de 4,5 milhões de veículos. Gera cerca de 1 milhão de empregos. Mas de péssima qualidade. O trabalhador da usina que trabalha no corte de cana ou na moagem, em sua grande maioria se encontra dentro dos piores índices sociais do país; está submetido às más condições de trabalho e de moradia; sem garantias trabalhistas, acesso à escola, saúde, transporte...

Conforme registra documento conclusivo de recente seminário sobre o assunto, promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), nos 20 anos de Proálcool, graças ao dinheiro público investido no setor, aumentou a produção mas também as desigualdades sociais. O latifúndio se expandiu, abocanhando inclusive os antigos sítios onde os trabalhadores produziam seu alimento de subsistência, a monocultura destruiu ecossistemas nativos; a poluição aniquilou nascentes, rios e córregos, sujou os ares; deixou resíduos de agrotóxicos nos solos e nos alimentos, matando os

trabalhadores e contaminando a população de um modo geral. É portanto de estranhar que, particularmente no Nordeste, esteja surgindo uma geração de "usineiros ecologistas", revelando o misto de cinismo e hipocrisia que caracterizam certos setores da elite brasileira. Enfim, quando se trata de obter recursos públicos, tanta chantagem é válida.

Vinte anos representam vinte séculos para aqueles que foram "contratados" como bôias-frias, sem nenhuma garantia trabalhista, tratados sem o mínimo de dignidade que toda pessoa merece.

Na fome de lucro, os usineiros não respeitaram nem as crianças. Ainda hoje é assim. Só em Pernambuco, de cada 10 trabalhadores da cana, 3 são crianças. São 33 mil jovens a serviço de usineiros e fornecedores de cana! Elas não têm direito à escola, lazer, são privadas dos sonhos e das brincadeiras. A atividade cruel, perigosa, começa de madrugada e se encerra com o pôr-do-Sol, fazendo-as amadurecerem precocemente. Meninos e meninas trazem na pele as cicatrizes da foice e da enxada, e por dentro, os resíduos dos agrotóxicos. Eles são usados conforme uma perversa lógica que suprime postos de trabalho-adulto, substituindo-os por crianças e adolescentes, mais baratos e, geralmente, clandestinos.

Na atualidade, o setor sucroalcooleiro passa por uma transformação. O oeste brasileiro e o Paraná estão expandindo suas

fronteiras, enquanto o Nordeste e a região de Campos (RJ) entram em fase de declínio. As duas geografias não colaboram com o trabalhador gerando o mesmo efeito, desemprego: na primeira, devido à mecanização; no Nordeste e Campos, devido à falência das usinas.

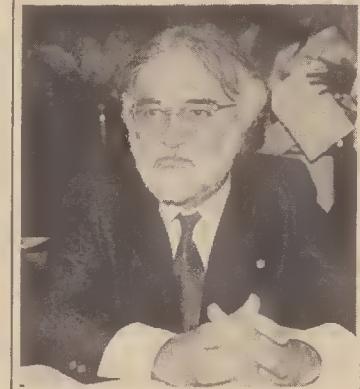
Defendemos o Proálcool. É preciso reconhecer os seus méritos no tocante aos seguintes aspectos: 1) O álcool combustível vem de fonte renovável, quando os outros países não têm alternativas a não ser o petróleo; é possível assegurar boa parcela da matriz energética nacional, garantindo estratégicamente independência quanto à disputa pelo combustível fóssil. 2) O aspecto ambiental – a massa verde sempre faz a troca do CO₂ por Oxigênio. 3) Emprega mão-de-obra não-qualificada (contanto que a mecanização não ocupe todos os espaços).

Podemos construir uma fonte de financiamento para o Proálcool a partir do Imposto verde (ou ambiental), desde que se adote também um Programa de Renda Mínima (PRM), exemplo de proposta de lei de nossa autoria (1.723/96), tramitando na Câmara dos Deputados. O PRM seria custeado com recursos deste Imposto verde mais o que for arrecadado do Programa de Assistência Social (PAS), fonte já prevista na Lei 4.870/65, Artigos 36 e 37, para atender o trabalhador de cana-de-açúcar. A Lei estabelece que os produtores são obrigados a depositarem no PAS, em benefício dos

trabalhadores das usinas, destilarias e fomecedores, sobre o que se produz, 1% do saco de açúcar, 1% da tonelada de cana, 2% sobre o litro de álcool.

O futuro do Proálcool deve ser debatido à luz das futuras estratégias nacionais e regionais para os campos energético, agrícola, agrário, de transporte, social, trabalhista, ambiental, e de uma perspectiva que promova a qualidade de vida das grandes massas. Além disso, é imperioso reconhecer que um dos subprodutos do Proálcool deve ser a reforma agrária enquanto alternativa para desconcentração fundiária, diversificação de cultivos e melhoria na distribuição de renda. Temos que ter políticas públicas sociais nas áreas de domínio da economia sucroalcooleira e, especificamente, políticas para a infância e adolescência. O manejo da atividade canavieira deve contemplar os ditames do RIO-92, sendo ecologicamente sustentável.

Naturalmente, a exclusão do trabalhador rural destes debates condenará o país a repetir o Proálcool que existiu até ontem, com todas estas mazelas e atrocidades que lhes dão peso e nos causam vergonha. A dignidade, pelo contrário, se constrói com a sociedade.



Divulgação



A política de produção de álcool e a política de transportes

Luiz Afonso Senna – Vice-diretor da Faculdade de Engenharia/Ufrgs

sistema motorizado de transportes no que tange ao projeto, construção ou reciclagem. As vias, os pontos de transbordos, as edificações, os equipamentos de manuseio, sinalizações, sistemas de iluminação, embalagens, veículos (incluindo suas partes e acessórios), as oficinas mecânicas, os combustíveis, as empresas de comercialização, enfim, o amplo conjunto da indústria do transporte, constituem-se nos componentes do sistema motorizado de transportes.

Considerando-se as várias fontes de energias comerciais, os serviços de transporte respondiam por aproximadamente 58% do consumo final energético dos derivados de petróleo e por mais de 14% das biomassas em 1992¹. Àquela época, a modalidade rodoviária consumia cerca de 76% do óleo diesel, 99% da gasolina automotiva, e 95% da produção de álcool etílico; a modalidade aeroviária consumia cerca de 88% da querosene e a modalidade hidroviária cerca de 12% do óleo combustível. Dentre elas, o Brasil somente auto-sustentava-se na produção de álcool etílico.

Considerando-se a predominância da modalidade rodoviária no país, tanto sob o ponto de vista da movimentação da cargas quanto de pessoas, é importante observar que o óleo diesel representa cerca de 45% do consumo energético, a gasolina automotiva cerca de 26% e o álcool etílico cerca de 20%, sendo que a participação do álcool teve participação decrescente nos últimos anos.

De uma forma geral, pode-se dizer que gasolina e álcool são consumidos nos automóveis, veículos comerciais leves e em motocicletas, que em sua maior parte servem

ao transporte individual de pessoas. O óleo diesel é consumido predominantemente por veículos comerciais, tanto para cargas (caminhões) quanto para passageiros (ônibus).

Com base no fato de que aproximadamente 75% da população brasileira reside em áreas urbanas que concentram a base da produção industrial e de serviços, a ênfase, sob o ponto de vista de planejamento visando o aumento da eficiência urbana, deve ser dado ao transporte público, sob pena de se ver ampliar os graves problemas de congestionamento hoje observáveis nas cidades, que nada mais são senão externalidades advindas do aumento substancial do uso de veículos privados.

O suprimento de álcool combustível, por se tratar de fonte autóctone e renovável e em função das terras agriculturáveis do país, depende fundamentalmente de decisões das políticas econômicas dos governos e do funcionamento dos mercados. Por outro lado, o incentivo à produção do álcool precisa também estar associado à política agrícola do país, à política ambiental e à política de pesquisa e desenvolvimento. De uma forma ou outra, do incentivo à produção de veículos movidos a álcool, ficou o desenvolvimento tecnológico de motores. Observe-se também que a produção de álcool nunca chegou a ser suspensa, uma vez que o álcool continuou sendo adicionado à gasolina.

Questões relativas à deficiência da produção do álcool também precisam ser consideradas, aliando-se a isto o fato de que esta é uma indústria que hipocritamente pouco distribui renda, utilizando-se de mão-de-obra

não-qualificada e até mesmo infantil².

Resta saber ainda se o incentivo à produção do álcool está acompanhado de avaliações sócio-econômicas, onde se conheça os custos e os benefícios advindos de tal política, bem como sejam identificados exatamente os segmentos que subsidiam e os que são subsidiados.

A falta de uma consistência nas políticas governamentais ao longo do tempo, e o impacto destas no mercado, já levou a situações como a de 1989-90, em que o desequilíbrio entre oferta e procura resultou na necessidade de recorrer a importações para complementar a produção interna. Esta ausência de coerência das políticas adotadas ao longo do tempo tem também gerado um desequilíbrio na estrutura de refino do petróleo em relação ao perfil do consumo, faltando diesel e sobrando gasolina; e o álcool fica a mercê da instabilidade no suprimento. Portanto, uma análise mais ampla da situação global dos transportes sugere que as medidas recentemente anunciadas de estímulo à produção não fazem parte de ações articuladas para o estabelecimento de uma política energética para o setor, caracterizando-se mais como decisões causísticas, sem base em um planejamento articulado que as sustentem.

1. Dados apresentados em *Brasil – Transporte para o Futuro*, CNT – Sebrae, 1992; citando como fonte primária o balanço energético publicado pelo Ministério da Infra-estrutura.

2. Mateos, S.B. *Nossas crianças: a sucata do progresso*. Revista Atenção, ano 1, nº 2, Dez 1995/jan 1996. Editora Página Aberta. São Paulo.

Deputados federais gaúchos visitam Unidades da Ufrgs

Atividade faz parte de estratégia de aproximação com Legislativo

Uma comissão de deputados da bancada gaúcha na Câmara realizou um ciclo de visitas em algumas unidades da Ufrgs no dia 30 de junho. Em companhia da reitora, professora Wrana Panizzi, e de representantes da diretoria da Adufrgs e da comunidade acadêmica, os deputados Jair Soares (PFL), Miguel Rosseto (PT), Arlindo Vargas (PTB), Valdeci Oliveira (PT) e Esther Grossi (PT) visitaram centros de ensino e pesquisa dos quatro campi da instituição, verificando in loco as condições de funcionamento da universidade. O roteiro do parlamentares incluiu o Centro Nacional de Supercomputação, a Escola Superior de Educação Física, o Laboratório de Pesquisa em Patologia Aviária, o Centro de Implantação Iônica, o Laboratório de Ensino de Anatomia Humana e o Laboratório de Análise Pré-Natal da Faculdade de Farmácia.

Como em outros encontros já realizados, os parlamentares demonstraram desconhecer as atividades desenvolvidas pela universidade, e ficaram surpresos com a quantidade e qualidade do que é produzido. "A gente não tem uma noção clara da quantidade de coisas que a universidade pública ensina, pesquisa e produz", revelou Arlindo Vargas. Para Jair Soares, presidente da comissão parlamentar que deverá aprofundar a discussão sobre autonomia universitária, a universidade pública "precisa ser defendida da sanha privatista do governo federal".

Na avaliação da reitora da Ufrgs, a visita serviu para complementar os dados repassados aos parlamentares através de dossiês. "Nós pudemos mostrar aos representantes do Legislativo o que nós produzimos e em que condições produzimos", salientou a reitora. "É importante mostrar aos parlamentares qual é o nosso porte, o que somos, o que produzimos e qual é a repercussão disso para o Rio Grande do Sul", reiterou.

A visita dos deputados é parte das atividades desenvolvidas pela Adufrgs e a administração da universidade para ampliar no Congresso a discussão sobre as dificuldades enfrentadas pelas instituições federais de ensino superior. Dentro dessa estratégia, já foram realizadas duas reuniões com os parlamentares, uma em Porto Alegre, no dia 23 de maio, e outra em Brasília, no dia 4 de junho. A meta



Em passagem pelo Laboratório de Patologia Aviária, que exporta conhecimentos no setor primário, Jair Soares (E), Arlindo Vargas, Miguel Rosseto e Esther Grossi reconheceram a importância das atividades desenvolvidas pelas universidades públicas

é obter o apoio dos parlamentares gaúchos para barrar a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 370, que avança no caminho da privatização das universidades públicas.

A PEC 370, atualmente em discussão no Congresso, exclui da gratuidade os cursos de especialização e aperfeiçoamento, e joga para lei ordinária possíveis mudanças na autonomia universitária. Isso significa que qualquer mudança legislativa, inclusive a possibilidade de privatização do sistema de ensino superior, poderá ser aprovada por maioria simples de deputados e senadores. É mais fácil mudar a lei do que aprovar uma emenda constitucional, que precisa do voto de três quintos dos congressistas.

A PEC 370 retira ainda a responsabilidade do Estado no financiamento das instituições públicas de ensino superior, que vivem com orçamentos extremamente reduzidos em relação às suas necessidades. Na Ufrgs, por exemplo, só para manutenção da estrutura física é necessário multiplicar por seis o atual orçamento. Sem dinheiro, as instituições universitárias federais serão obrigadas a buscar financiamento privado. O resultado, não é difícil de prever, já foi defendido pelo deputado Paulo Bornhausen: a extinção completa da gratuidade do ensino superior.

Notas Acadêmicas

Autonomia

O senador Pedro Simon (PMDB) esteve na Ufrgs, na manhã do dia 20 de junho, para ouvir uma explanação sobre a situação do ensino público universitário. A discussão contou com a presença da reitora Wrana Panizzi e do presidente da Adufrgs, Renato de Oliveira. Foram colocadas pelos presentes as dificuldades enfrentadas pela instituição.

A Pró-Reitora de Graduação, Lorena Holzmann da Silva, falou da preferência dos professores em trabalhar nas universidades privadas devido a melhor remuneração e quanto isto está causando aposentadorias precoces e prejudicando o ensino na Ufrgs.

Ao saber os valores do piso salarial dos professores da Ufrgs, Pedro Simon manifestou sua falta de conhecimento sobre o assunto e disse que o ministro Paulo Renato de Souza e o presidente Fernando Henrique Cardoso talvez não conheçam esses números. O senador colocou-se à disposição para articular uma reunião entre reitores de universidades públicas, o ministro e o presidente. A idéia causou uma oportuna manifestação da diretora do Instituto de Artes, Sandra Dani, de que era incomprensível que se precisasse fazer uma reunião para mostrar uma realidade mais do que conhecida por todos.

Pedro Simon destacou a importância do debate e mais uma vez salientou a falta de conhecimento sobre o assunto dos políticos que votarão a reforma administrativa. Ele comprometeu-se em levar o dossier entregue pela reitora Wrana Panizzi para a bancada gaúcha no Congresso. Simon também sugeriu que a Ufrgs fizesse um pronunciamento sobre a situação atual do Brasil, posicionando-se frente à realidade que o país está vivendo.

Índices econômicos

O Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE) da Faculdade de Economia da Ufrgs divulgou o resultado encontrado para o custo do cesto de produtos básicos na quarta semana de junho de 1997, quando os 49 produtos pesquisados obtiveram uma variação de 0,07% sobre o custo da terceira semana. O preço total dos produtos passou de R\$ 324,58 para R\$ 324,81. Em 1997, a variação acumulada é de 2,87%, e nos últimos doze meses, 2,61%. Desde o início do Plano Real a taxa é de 27,90%. No mês de junho, a variação é de -1,69%.

O custo do cesto de produtos básicos é um estudo permanente do IEPE, e tem como base as informações de uma pesquisa de orçamentos familiares realizada em 1983 junto a uma amostra de 1229 famílias com renda mensal entre 1 e 12 salários mínimos e residentes em nove municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Analizando as contribuições de cada produto no decorrer da semana, verificou-se que 21 produtos aumentaram de preço, ocasionando um acréscimo de 0,85% no custo total do cesto, porém, os 17 produtos que tiveram seus preços reduzidos baixaram esta taxa para 0,07%. Do total, 11 produtos mantiveram-se com preços estáveis. Os produtos que mais contribuíram para esta variação semanal de 0,07% são: pão, leite, alface, carne bovina, biscoito, aipim, feijão-preto, açúcar e pasta dental. Entre as reduções, destacam-se: batata-inglesa, laranja e lâmina de barbear descartável.

C&T em debate na Adufrgs

Como definir uma política de pesquisa socialmente relevante esteve na pauta de debate realizado na sede da Adufrgs, no último dia 8. Aproveitando a passagem por Porto Alegre do filósofo Roberto Romano, professor na USP e Unicamp, a diretoria da entidade organizou o encontro, que contou ainda com a presença de Renato Dagnino, professor-visitante no Programa de Pós-Graduação em Administração da Ufrgs.



Na avaliação dos participantes do debate (foto), uma das causas da falta de políticas eficientes para a pesquisa e manutenção das universidades é a inexistência de coesão da própria comunidade acadêmica. A prática de descompromisso com as instituições em que trabalham tem sido a marca de grande parte dos professores. "O Pronex é uma amostra brutal de nossa falta de coesão", defendeu Romano. Segundo o filósofo, a cada concessão de recursos os contemplados "correm para laboratórios e bibliotecas e esquecem do resto da universidade".

A criação de fóruns estaduais de C&T e o agendamento de atividades com parlamentares – como as atividades organizadas pela Adufrgs para ampliar essa discussão no Congresso através da bancada gaúcha – foram as formas lembradas pelo debatedores para sensibilizar a sociedade sobre o tema. Na opinião de Dagnino, não é mais possível defender investimentos em pesquisa sem discutir onde serão aplicados os recursos. "A sociedade deve saber onde está aplicando seu dinheiro", defendeu o professor.

PRESTAÇÃO DE CONTAS: BALANÇE DE MAIO DE 97

Ativo:			
Circulante			
Disponibilidades	75.331,91		
Aplicações Financeiras	788.682,50		
Créditos Diversos	10.400,00	1.074.414,41	
		<u>231.675,66</u>	
Permanente			
		Total do Ativo	1.306.090,07
Passivo:			
Circulante			48.810,81
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social	616.733,25		
Resultado Acumulado do exercício	640.546,01	1.257.279,26	
Total do Passivo			1.306.090,07
Receitas:	Acum. Anterior	Acum. Atual	Do mês
Associados	160.929,18	204.161,75	43.232,57
Outras (inclusive finan.)	700.788,20	709.240,17	8.451,97
Total	861.717,38	913.401,92	51.684,54
Despesas:			
Com Pessoal	43.760,42	59.202,82	15.442,40
ANDES (mensalidades)	47.879,35	58.487,21	10.607,86
Viagens e estadias	32.541,48	40.694,08	8.152,60
Outras (inclusive finan.)	88.109,49	114.471,60	26.362,21
	212.290,74	272.855,91	60.565,17
Resultado = Receitas – Despesa		Do Mês	8.880,63
		Acumulada	640.546,01

Egon Claus Steinstrasser - Contador

Dinheiro público é dinheiro bom

Universidades de direito privado saem na frente das federais e estaduais na disputa por R\$ 500 milhões que sairão da nova linha de crédito do BNDES

James Görgen

Quando o assunto é liberação de recursos públicos não existe ideologia que resista. Bastou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Ministério da Educação e do Desporto (MEC) anunciar o Programa de Modernização e Qualificação do Ensino Superior (PMQESU) para as instituições privadas saírem na frente. Com vantagens que facilitam o crédito em relação às universidades que pertencem à sociedade, as particulares prometem abocanhar boa parte do dinheiro, mostrando uma voracidade pelos recursos do Estado que nada tem a ver com o fim do paternalismo tão apregoado pelo neoliberalismo.

uitopelocontrário. OPMQESU foi criado com critérios distintos, que torna o crédito mais atraente para instituições públicas de direito privado ou mesmo para aquelas de origem empresarial, que visam lucro. Como se não bastasse oferecer um custo financeiro bem abaixo do praticado no mercado, para estas instituições o BNDES não exige contrapartida além dos 10% sobre o valor do investimento. Em compensação, as universidades ligadas à União e estados estão atreladas a uma contrapartida burocratizante: elas só poderão pagar o empréstimo com a venda dos chamados imóveis não-operacionais.

Com esta sutileza, as universidades federais e estaduais podem levar anos para conseguir montar e aprovar um projeto. A alienação de um imóvel passa por várias fases, sem contar a própria avaliação da importância estratégica deste prédio ou terreno para o futuro da instituição. "A universidade federal não tem como pagar um empréstimo destes sem alienar seus bens", admite o astrofísico Edmundo da Rocha Vieira, designado pela reitora da Ufrgs, Wranne Panizzi, para elaborar o projeto da universidade gaúcha.

Estimado em R\$ 500 milhões, o patrimônio da Ufrgs é considerável e foi formado ao longo de quase um século (só a Faculdade de Farmácia tem mais de 100 anos). Distinguir o que pode ser empenhado do que precisa ser mantido é tarefa que não se conclui do dia para a noite. "É difícil avaliar o patrimônio alienável da Ufrgs", diz o professor Edmundo, do alto de seus 18 anos de experiência em administração acadêmica. Trabalhando em uma sala dentro do gabinete da reitora, o assessor coleciona pastas e mais pastas de

A morosidade de se captar recursos para

O que a Ufrgs tem:

- 27,2 mil alunos
- 2,2 mil professores (70% com título de doutor ou mestre)
- 53 cursos de graduação
- 57 cursos de mestrado
- 38 cursos de doutorado
- 4 campi (Centro, Saúde, Olímpico e Vale)
- 300.944 m² de área construída

Patrimônio:
580 salas de aula, 37 auditórios, rádio, cinema, 2 teatros, 7 museus, 4 restaurantes universitários, 2 colônias de férias, 10 centros de estudos e pesquisas, Jardim Botânico, Biotério, 3 residências (para 900 estudantes), Hospital de Clínicas, Hospital Veterinário, Centro de Supercomputação, Editora, Centro de Processamento de Dados, Salão de Atos (para 1,3 mil pessoas), Observatório Astronômico, Planetário, Estação Experimental Agronômica.



No Campus do Vale da Ufrgs, existem estruturas de concreto que deveriam ter virado salas de aula e laboratórios há quase 40 anos

Procedimentos gerais para concessão do empréstimo

Nome: Programa de Recuperação e Ampliação dos Meios Físicos das Instituições de Ensino Superior (PMQESU)

Objetivo: Apoiar financeiramente investimentos das universidades em modernização, reequipamento, informatização, recuperação e ampliação da infra-estrutura física destinada à pesquisa e à administração das instituições.

Dotação 1ª fase: R\$ 500 milhões

Concessão: Secretaria de Ensino Superior (Sesu) do MEC receberá os projetos de investimento e institucional das universidades. Os agentes financeiros credenciados pelo BNDES analisarão a solicitação de apoio financeiro e farão a fiscalização técnica e financeira. BNDES analisará e homologará as operações de financiamento aprovadas pelos agentes credenciados, segundo critérios estabelecidos em suas normas internas. MEC fará o acompanhamento técnico e financeiro do projeto institucional e do projeto de investimento de cada uma das instituições.

Exigências para instituições estatais:

- Contrapartida: Projeto de alienação patrimonial;
- Valor financiado: 100% do investimento fixo de cada projeto (limitado a 70% do montante a ser apurado no estudo de viabilidade técnica de alienação do patrimônio);
- Prazo e carência: fixados a cada operação (com carência mínima 24 meses);
- Juros: TJLP + 1% a.a. (encargos BNDES) + taxa do agente financeiro

Exigências para instituições privadas:

- Contrapartida: 10% do investimento;
- Valor financiado: 90% do investimento total;
- Prazo e carência: até 10 anos (incluída carência máxima de 24 meses)
- Juros: TJLP + 1% a.a. (encargos BNDES) + taxa do agente financeiro

Máquina de fazer projetos da Unijuí pode captar R\$ 13 milhões

Fabricia Osanai

Ser a primeira instituição do Brasil a apresentar um projeto na nova linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) não tem nada a ver com sorte para a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Reitor, Walter Frantz, acredita que a agilidade, que pode resultar em mais de R\$ 13 milhões em três anos, foi conseguida por um misto de trabalho e antecipação. "Eu via fumaça e sabia que viria fogo", lembra Frantz, à frente da Unijuí desde 1993. "Sabia que os recursos viriam, então preparei meus técnicos para montar um projeto antecipado", resume.

Estrada do dinheiro
Com o primeiro empréstimo, estava aberta a estrada do dinheiro para a Unijuí. Recurso novo seria questão de tempo. Em 95, Frantz já havia dado um ultimato ao ministro Paulo Renato de Souza:

— Ou o senhor encontra maneiras de sustentar as universidades públicas de Direito Privado ou eu entrego o patrimônio da Unijuí para que o MEC a federalize.

A resposta do ministro gaúcho foi um aceno para o BNDES 2.

— Reitor, nós vamos buscar recursos.

Demorou, mas a verba veio. Quando o protocolo entre o MEC e o BNDES foi assinado em Brasília, Frantz usou seu celular e telefonou para Ijuí mandando tirar da gaveta o novo projeto. O BNDES 2 só precisava ser ajustado às exigências do novo programa para ser encaminhado. Bastou a convocação de uma reunião extraordinária do Conselho Universitário para aprovar o que todos já conheciam. Mais uma vez, o Banrisul forneceu apoio informal.

"Em maio, ao distribuírem as informações e os formulários, estávamos com a máquina andando", garante o reitor. Poucos dias depois, Frantz ligou para o coordenador executivo do programa, professor Tuiskon Dick, perguntando quando poderia entregar o projeto da Unijuí. Era sexta-feira, 6 de junho. "Ele ficou surpreso mas disse que se eu apresentasse naquele dia seria a primeira universidade do país", recorda Frantz. Não deu outra. Terça-feira o reitor viajou para Brasília com o projeto na pasta. No dia seguinte, 11 de junho, ele foi protocolado na Secretaria de Ensino Superior do MEC.

BNDES 2
De um pedido para o outro, a ambição e as

vantagens de crédito da Unijuí cresceram. O montante do empréstimo passou de R\$ 2,2 milhões para R\$ 9,8 milhões, mais de quatro vezes o valor anterior. O prazo para pagamento, que vale para todas as universidades de direito privado, foi esticado para até 10 anos, com a inclusão de uma carência de 24 meses. No caso do BNDES 1, Frantz diz que enquanto corre a carência, está pagando apenas o custo financeiro do empréstimo. "Este dinheiro é carimbado e não pode ser usado para pagar salários", informa o reitor.

Empreiteira universitária

Para não sofrer uma intervenção do Ministério Público, a Unijuí teve de aplicar muito bem a verba do BNDES 1. A execução do projeto, que inclui obras físicas de 11.699,63 metros quadrados, ficou a cargo de 150 operários. Eles foram contratados pela própria universidade, que montou uma empresa de construção. Com orientação e treinamento de professores das áreas de Engenharia Civil, Pedagogia, Saúde e até Educação Física, pedreiros, carpinteiros e outros profissionais aprenderam a trabalhar de maneira produtiva. "Graças ao gerenciamento global do projeto, que está em fase final, reduzimos o custo do CUB em 30%", afirma Frantz.

O resultado alcançado promete se repetir no BNDES 2, assim que os novos recursos chegarem. "Hoje o campus está bonito", garante. As obras do BNDES 1 se concentram em Ijuí com a construção de salas de aula, biblioteca e a conclusão do Núcleo de Informática e de cinco laboratórios, além do Ginásio Didático de Educação Física. Com o novo financiamento, a Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (Fidene), entidade mantenedora da Unijuí, quer espalhar as obras também para o campus de Santa Rosa, complementar o que já foi iniciado em Ijuí e sobreviverem. "Para algumas entidades, este programa vai ter retorno sob a forma de benefícios sociais", orgulha-se o reitor.

O que a Unijuí tem:

- 8.541 alunos
- 296 professores (60% com título de doutor ou mestre)
- 26 cursos de graduação
- 2 cursos de mestrado
- 14 cursos de especialização
- 4 campi (Ijuí, Santa Rosa, Três Passos e Panambi)

1 Núcleo Universitário (Santo Augusto)
43.248,62 m² de área construída
2.427.005,04 m² de área locada ou comodata
Patrimônio:
174 salas de aula, 6 auditórios, 89 laboratórios, 6 bibliotecas, 2 ginásios de esportes, 6 quadras de esportes, 7 restaurantes (cantinas)



Contemplada com recursos do BNDES em 96, a Unijuí aguarda nova linha de crédito

Seminário defende investimento público

Parlamentares e cientistas realizam evento em Brasília para discutir política de C&T

iênci a e Tecnologia são duas palavras que começam a gerar urticária em determinados setores econômicos e financeiros do Brasil. Desenvolver a segunda sem o incentivo à primeira, é tarefa impossível. Sem uma política de investimentos concretos na área da pesquisa, o país pode perder o bonde da globalização, se é que ele leva a algum lugar. E o pior de tudo é que isso não é uma reportagem de jornal que afirma. Esta é uma das principais conclusões registradas pela Frente Parlamentar Nacional em Defesa da Ciência e Tecnologia, que realizou um seminário estratégico nos dias 18 e 19 de junho. O evento ocorreu no Espaço Cultural do Congresso Nacional, em Brasília, e reuniu os 70 deputados federais e estaduais que participam da frente, muitos dos 102 deputados federais que compõem a Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação (CCTC) da Câmara e a nata dos pesquisadores brasileiros que se importa com os rumos da C&T, além das paredes de seus laboratórios.

Discussão pioneira

Pela primeira vez, as discussões que cercam este ramo produtivo saíram do âmbito do Poder Executivo para serem desenvolvidas dentro de uma Casa Legislativa, com ampliação para o Judiciário. O que está sendo debatido agora é o papel do Estado e da iniciativa privada no investimento em C&T. Até a década de 80, o Estado sempre foi o produtor do conhecimento. Historicamente, o Brasil investia 0,7% do seu PIB em C&T, o que significava entre R\$ 3 e 4 bilhões. Deste total, apenas 10% era financiado por empresas particulares. "Com a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, no final da década de 80, estes índices cresceram um pouco, mas acabou-se voltando aos valores de antigamente", lembra o 2º vice-presidente da Adufrgs, professor Lúcio Hagemann, um dos participantes do seminário. "O Estado está saindo da produção de tecnologia", conclui.

Com o sucateamento do parque tecnológico brasileiro, cogita-se em dobrar (passar para 1,6% do PIB no ano 2000) o subsídio à pesquisa. Na visão liberal, grande parte destes recursos deveria vir do setor privado. Pelos cálculos mais ricos, as indústrias teriam que aumentar seus investimentos em 60% para substituir o financiamento do Estado. "Resta saber para onde será direcionado o dinheiro do setor privado", pergunta Hagemann. "Os empresários não investiram na modernização do parque tecnológico brasileiro e seu investimento nunca ultrapassou 20%", lembra o professor de filosofia política da Unicamp, Roberto Romano, um dos idealizadores da Frente. "O uso do cachimbo entorta a boca", ironiza.

A parte das empresas

Para fazer sua parte, o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq), José Galizia Tundisi, que em 98 administrará um orçamento de R\$ 1,095 bilhão, vem praticando o que ele chama de "interação" com as federações de indústrias de diversos estados. Em Minas Gerais, por exemplo, a entidade de classe contratará recém-doutores para trabalhar nas empresas e o CNPq pagará metade das bolsas. Na Bahia, Tundisi fechou um acordo diferente. A federação concede auxílio para projetos e o CNPq entra com as bolsas. No Rio Grande do Sul, a Fiergs está estudando a melhor forma de participar deste convênio em nome da C&T.

O meio acadêmico está cabreiro. "É preciso saber para quais projetos os acadêmicos irão trabalhar", alerta Romano. Assim como o professor, muitos cientistas acreditam que os empresários só estão investindo no desenvolvimento de tecnologia porque

recursos captados pelas fundações, as novas geradoras de verbas para as universidades públicas e privadas. "Este dinheiro sempre foi uma espécie de gordura que entrava e não chegava a justificar os fins para os quais era arranjado", afirma o professor. Na opinião destes analistas, a saída é uma comissão formada pelo Conselho Universitário, a sociedade civil e entidades de classe que regulem a aplicação desta verba.

A onda de privatização que toma conta de muitos campi assusta ainda mais os pesquisadores. Salvo raras exceções, tradicionalmente as universidades particulares nunca se interessaram por pesquisa. "Se há um incentivo à privatização das universidades, o investimento em pesquisa tende a cair", salienta Romano. O professor estima que 99% das instituições privadas de ensino superior em São Paulo não fazem incursões na área de C&T. O Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, elaborado pelo CNPq, comprova esta tese. Das 46 instituições nacionais que controlam 85,7% da pesquisa brasileira, apenas 5 são de origem privada.

Em meio a toda esta nebulosidade, os cientistas brasileiros sonham em chegar aos padrões germânicos. Atualmente, o investimento em pesquisa na Alemanha gira em torno de 3,8% do PIB. Para maquiar os fatos, a home page do CNPq na Internet divulga para todo o planeta dados de quatro anos atrás sobre o investimento em pesquisa na Alemanha e compara com informações mais recentes sobre o Brasil (de 1995).

Dividir comissão é idéia polêmica

ma das questões específicas que acabou atrasando boa parte dos debates em Brasília foi a proposta de desmembramento da Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação (CTC) feita pelo deputado Roberto Santos (PSDB), ex-governador da Bahia. Liderado pelo deputado Maluli Neto (PFL-SP), o fórum acabou inchando ao longo dos anos, com mais de uma centena de parlamentares (entre titulares e suplentes) graças ao seu último C. O fascínio que os meios de comunicação exercem sobre os deputados ocasiona uma preocupação exacerbada pela comissão que decide quem leva uma concessão de rádio ou de televisão. "Há um grande interesse pela comissão em torno do conteúdo da Comunicação e a C&T acaba ficando de lado", condene o 2º vice-presidente da Adufrgs, Lúcio Hagemann, um dos participantes do seminário.

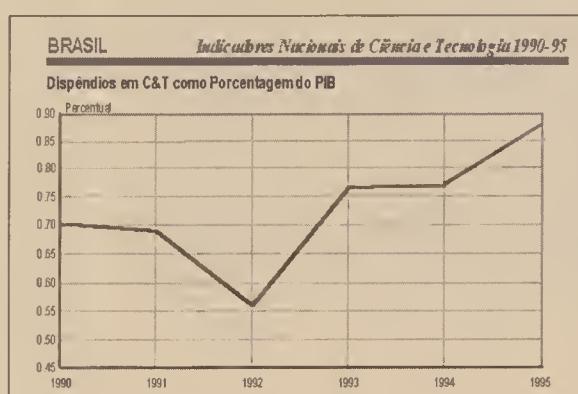
A proposta de divisão da comissão de CTC em uma subcomissão de Ciência e Tecnologia e outra de Comunicação, com 30 deputados, gerou discussões acaloradas no plenário do seminário e atrasou alguns encaminhamentos do evento. Sem tomar assento no seminário, o deputado Maluli Neto quis obstruir o seminário, que também tentava implementar o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, previsto pela Constituição de 1988. Mesmo assim, ao final dos dois dias os participantes fizeram uma avaliação positiva do encontro, que deverá gerar mais resultados nos próximos meses com a ampliação das frentes parlamentares estaduais de C&T.



precisam obter resultados imediatos, como no caso do controle de qualidade. Quando o modelo de substituição de importações baseado em plantas industriais importadas foi para o brejo, era preciso incorporar novas saídas. O aproveitamento dos doutores no chão-de-fábrica seria uma forma de suprir esta carência. "Se o Estado pode bancar o projeto de capacitação tecnológica, as indústrias terão de dar contrapartida", defende o professor da Unicamp. "É preciso saber quem vai fazer o quê e em que condições", acrescenta.

Shopping center

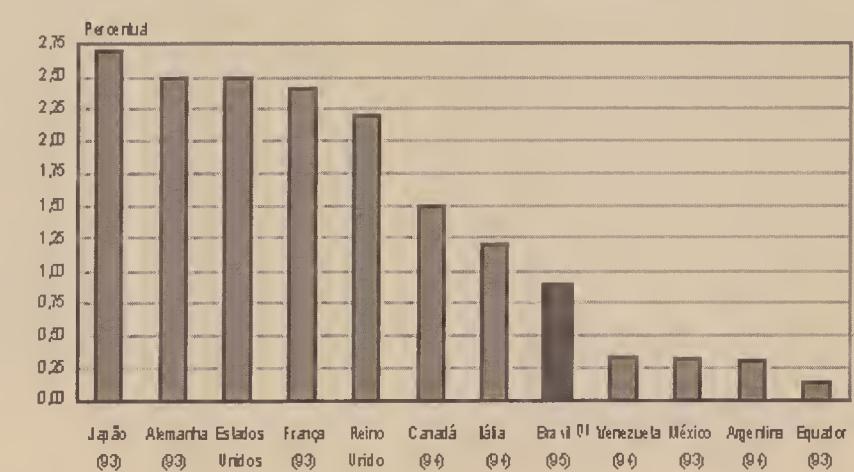
O medo que está se generalizando aponta para a transformação da universidade pública numa espécie de "shopping center" do mercado, passando a oferecer produtos de acordo com as necessidades das empresas e esquecendo sua função básica de gerar conhecimento. "Hoje, o elemento mais importante das universidades é o tesoureiro", analisa Romano. Para piorar o quadro, alguns observadores que estiveram em Brasília dizem que faltam meios para as instituições fiscalizarem externamente a aplicação dos



BRASIL

Indicadores Nacionais de Ciência e Tecnologia 1990-95

Dispêndios em P&D em Relação ao PIB em Países Selecionados: 1995



Trabalhadores contra o dragão neoliberal

Sindicato dos professores universitários encara a greve como única alternativa contra o projeto do governo federal

A ANDES, entidade representativa de mais 100 mil professores universitários do país, recomenda a seus filiados que cruzem os braços no próximo semestre. Aulas, pesquisas e serviços prestados pelas instituições de ensino superior devem ser interrompidos num movimento articulado com outras categorias de trabalhadores "para construção da greve geral". O objetivo da greve é "reafirmar a posição de rejeição ao projeto neoliberal e defender a democracia, seus princípios e práticas fundamentais na direção da construção de uma sociedade socialista: livre, justa e igualitária".

Essa é a decisão oficial da categoria, extraída do 34º Conselho Nacional de Associações Docentes (Conad), realizado de 4 a 6 de julho em Palmas (TO), e expressa no documento "Carta de Palmas". O Conselho se reúne a cada 4 meses, com a participação de delegados e observadores das 90 associações docentes filiadas à ANDES. Nesta edição do Conselho, 46 delegados participaram de debates e plenárias para definir a forma de inserção do sindicato no cenário político nacional, especificamente as ações com relação à reforma administrativa em andamento.

Na teoria, o encontro serviu para "atualização do plano de lutas do movimento docente na conjuntura política", conforme apregoa o Caderno de Textos, documento preparatório ao encontro. Na prática, o Conad denunciou a impossibilidade de reflexão séria sobre tantos e variados assuntos, como o papel da universidade, financiamento, ciência e tecnologia e avaliação institucional. Como de costume, e reflexo de modelo sindical do Brasil caiapó, aprovou-se o que já era de antemão indicado pela diretoria da Andes. Em resumo, o que a entidade que representa os professores universitários sinaliza ao país é a greve geral unificada dos trabalhadores como a única forma de reivindicação e resistência ao neoliberalismo que avança em escala planetária. Derrotamos o projeto do governo integralmente ou só nos restará a capitulação. Avaliar as condições reais para deflagrar um movimento grevista no interior das universidades, e não as imaginárias, parece ter



pouca importância para muitos sindicalistas.

Fissuras

Mas o coro que defende o enfrentamento direto com o governo a partir de greve geral dos trabalhadores brasileiros já apresenta vozes dissonantes. No Conad de Tocantins isso ficou evidente na votação que indicou o quarto trimestre deste

ano para deflagração da greve. A proposta venceu por apenas três votos, revelando a presença de uma forte oposição aos rumos tomados pelo sindicato. "Sem dúvida, isso influirá decisivamente na ampliação de uma consciência de oposição dada a inércia que tem caracterizado a atual direção", assinala documento elaborado ao final do Conad por professores não alinhados às diretrizes propostas pela diretoria da ANDES.

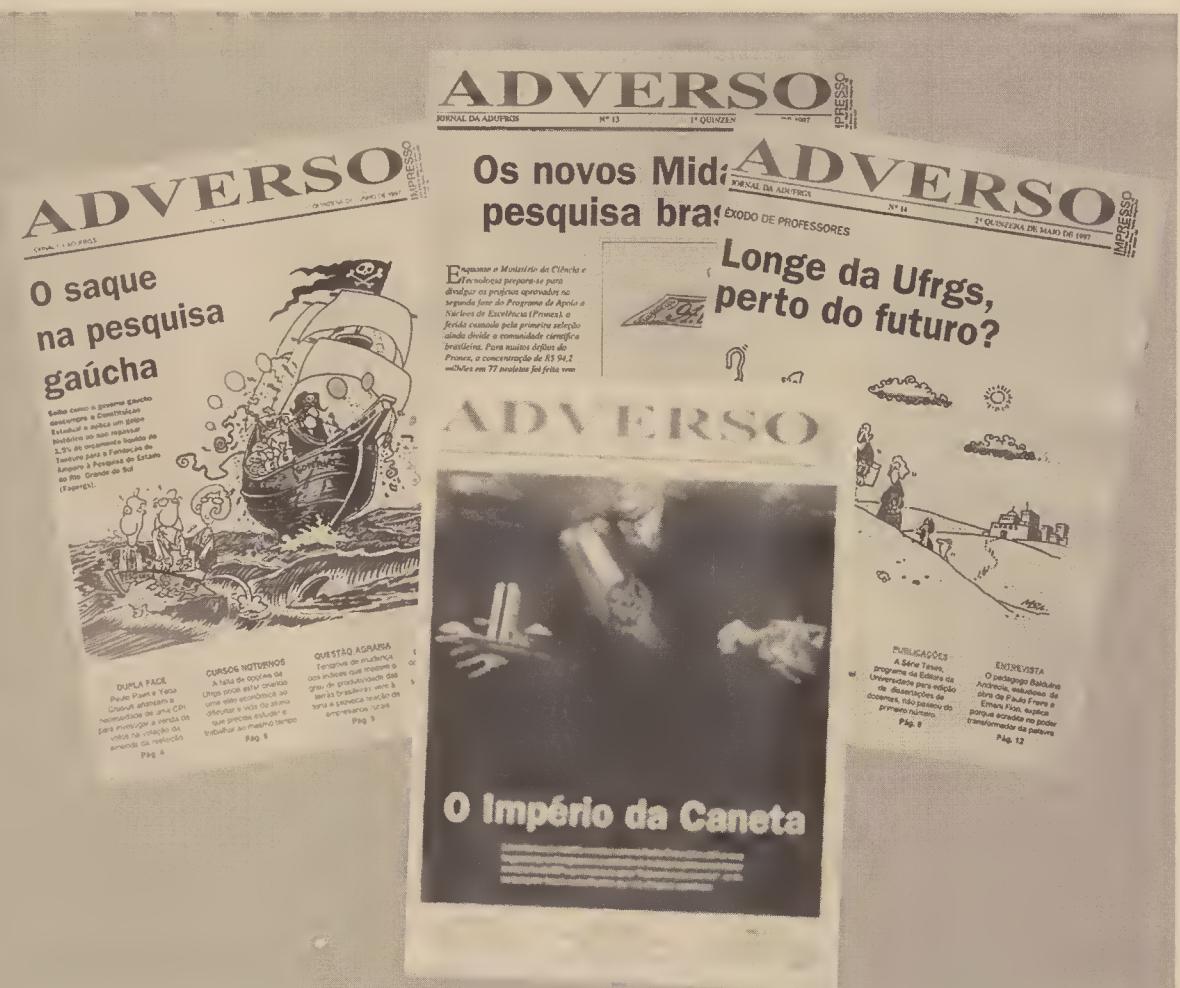
A fissura estabelecida no interior da ANDES emerge a partir das diferenciações de interpretação da realidade do país, e se concretiza nas propostas de ação que levem em consideração a problemática interna aos muros das universidades. Questões como salário, condições de trabalho, capacitação e pesquisa – sistematicamente abandonadas em nome de perspectivas generalizadas das lutas sociais – são o ponto de partida para mobilizar os professores universitários, defende a oposição. "O sindicato deve se orientar para questões específicas da categoria dos professores universitários, obviamente que sem negar a integração às lutas gerais da sociedade", defende o professor Renato de Oliveira, presidente da Adufrgs.

O Conad de Tocantins demonstrou, mais do que tudo, que boa parte da categoria, sob a orientação da diretoria de seu sindicato, não consegue avaliar o que acontece no interior das instituições de ensino superior, e julga como real as condições idealizadas do chamado movimento docente.

A sociedade está acostumada a ouvir reclamações dos baixos salários recebidos pelos professores universitários. Quantias vultosas foram empregadas em campanhas milionárias de denúncia. Entretanto, a proposta que priorizava a questão salarial nas ações do sindicato foi rejeitada por 30 votos contra 16. Com a decisão, a ANDES não reconhece como legítima a luta específica por melhores salários em face da precedência de lutas gerais de toda a classe trabalhadora. A diretriz do sindicato é tentar unificar os trabalhadores contra o dragão do neoliberalismo. Como se fosse um jogo de tudo ou nada.

Somente a verdade.

Nada mais que a verdade.



O difícil caminho da crítica política

Demétrio Ribeiro
Professor Emérito da Ufrgs

A luta dos docentes universitários em defesa do ensino público traduz na sua essência o conflito existente entre duas concepções das relações da vida brasileira com o capitalismo mundializado.

A opção do atual governo consiste em subordinar tudo à meta de atrair os investidores estrangeiros.

A dos trabalhadores, professores incluídos, é exatamente oposta a isso: sem iniciativas do poder público capazes de compensar e de corrigir os desequilíbrios sociais gerados pelo capitalismo entregue a si mesmo, não haverá integração alguma, pois a desestruturação da sociedade inviabilizará qualquer tipo de progresso econômico.

A opção do governo exige adaptar a sociedade brasileira às convivências do empregador estrangeiro: sociedade dócil em que os principais fatores de desobediência, a fome e a consciência crítica social, estejam neutralizadas. Em tal tipo de sociedade a instrução e o ensino não podem ser valorizados. Tanto é que quando o governo festeja três anos do que chama de estabilidade econômica, os professores medem as perdas de seu poder aquisitivo, o que significa também das possibilidades de manter ou melhorar a sua capacitação profissional.

Em todas as manifestações desse grande conflito é impossível um diálogo autêntico. Nenhum argumento lógico alcança os

governantes atuais radicalmente identificados com o projeto neoliberal. Nem mesmo protestos e greves setoriais abalam o seu propósito.

Somente ameaças ao fluxo de investimentos – meta dessa política – poderiam abalar a segurança do poder.

Acontece que a continuarem as causas no rumo atual, é justamente isso que acabará acontecendo. A união dos protestos dos diferentes setores da sociedade desembocará na desobediência civil. Afugentando os investidores de fora, essa situação obrigará o governo a infletir a sua linha de procedimento.

Seria profecia política dizer até que nível, e quando, isso acontecerá, mas a persistência do governo na demolição das conquistas sociais do trabalho só poderá intensificar e acelerar o processo de unificação dos movimentos sociais.

O dia em que todas as modalidades de ensino, públicas e particulares de todos os níveis e jurisdições, pararem ao mesmo tempo, a sociedade brasileira demonstrará a sua capacidade de desobediência. A mensagem será ouvida, se não pelos governantes nacionais, certamente pelas instâncias internacionais que comandam os investimentos.

O processo, historicamente necessário, de ruptura da consciência social com a política do governo, sofre de dois fatores de retardamento. Um – evidente para todos – reside na dispersão das lutas reivindicativas. Obstáculo menos visível e mais difícil de combater, reside na convicção generalizada, até nas esquerdas, da onipotência do fator econômico e da

subordinação inevitável da política às suas exigências.

Na época do capital dotado de tais avanços tecnológicos que prescinde de contingentes cada vez maiores de trabalhadores, continua-se buscando nele a solução dos problemas sociais. Marx escreveu essas palavras proféticas: "Um desenvolvimento das forças produtivas que diminuisse o número absoluto de operários, isto é, permitisse a toda a nação executar sua produção coletiva num tempo mínimo, traria uma revolução, porque reduziria ao desemprego a maior parte da população. Vê-se ainda aqui o limite específico da produção capitalista, vê-se que ela não é uma forma absoluta do desenvolvimento das forças produtivas e que ela não é uma forma absoluta do desenvolvimento das forças produtivas e da criação de riqueza, e que, em vez disso entra em colisão com elas em determinado ponto."

É o que começa a acontecer na atualidade. O capitalismo, de uma etapa do progresso, que foi, passou a ser um sistema oposto ao progresso humano. Sua lógica é a lógica da exclusão e, em última análise, de extermínio dos seres humanos excessivos no mercado mundial de trabalho. Não há saída humana, nas atuais condições do mundo, sem romper com a prioridade da produção material. Isso significa a investir nas pessoas, mesmo em detrimento das forças produtivas materiais.

Esta conclusão pode ser vista como heresia pela esquerda ortodoxa e como loucura pela maioria dos formadores de opinião.

No entanto, em setores da sociedade muito diversos e muito distantes da ciência política,

um número muito maior do que se pensa de pessoas quer, e julga possível, construir uma sociedade radicalmente humana, sabendo muito bem que isso significa romper com a prioridade da produção material. O nível atingido por essa nova visão das coisas na Europa, ficou evidente nos recentes debates eleitorais na Inglaterra e na França.

Existe portanto um grande desafio a ser assumido pelos intelectuais progressistas: demonstrar onde está a loucura, em violar os tabus do economicismo para evitar o caos social, ou em emprestar dinheiro à GM à custa das necessidades sociais do Estado. Trata-se efetivamente de ideologia. Buscar explicações em supostos interesses venais de quem quer que seja, seria, no nosso caso, fugir do desafio científico.

A discussão teórica desses temas não parece estar sendo possível no âmbito dos partidos políticos.

A concentração das energias na dinâmica eleitoral, e o discurso marcado pelas necessidades do "palanque", ou seja, ambíguo e superficial, são fatores adversos a um debate sério.

Na tarefa intelectual de demonstrar os preconceitos economicistas e produtivistas que bloqueiam o avanço histórico, cabe sem dúvida um papel especial aos docentes de todas as áreas do saber. A esse nível, a consciência da realidade social não é matéria privativa de nenhuma especialidade. Alcançar esse nível de informação é direito de todos e um dever elementar de todos os integrantes da comunidade universitária.

Pesquisa na universidade pública: concentrar é melhor?

Renato Dagnino
Professor visitante do
PPGA/Ufrgs

Para abordar esta antiga questão com as cores com que é hoje tratada, e colocar uma nova visão ainda pouco discutida, se examina as propostas apresentadas pelos professores Meneghini, da USP, e Martins Filho, Reitor da UNICAMP em artigos publicados em março na Folha de São Paulo, de onde se retirou os trechos entre aspas.

O primeiro, considera a concentração da produção científica nas universidades públicas do sudeste do País um resultado inevitável da "pujança econômica do eixo São Paulo-Rio", e desejável. Ataca por isto "a ideologia de indissociabilidade entre ensino e pesquisa". Argumenta que ela é injusta – pois destina recursos públicos "de forma aproximadamente equivalente" para universidades e professores que fazem e que não fazem pesquisa –, e anti-econômica – pois significa que "R\$ 1,2 bilhão por ano vão para o ralo". Coerentemente, endossa uma antiga proposta Elitista, hoje oficiosa, de reforço da concentração através da canalização desses recursos para "aqueles que fazem ciência".

O segundo, a considera indesejável e reversível. Provavelmente inspirado no efeito multiplicador da UNICAMP na formação de docentes, ele sustenta que uma salutar desconcentração poderia ocorrer. Bastaria que "as universidades mais experientes tutelassem o desenvolvimento de projetos de pesquisa e programas conjuntos de pós-graduação", "a partir de redes de intercâmbio" com as "instituições emergentes" capazes de conformar "níchos regionais de produção acadêmica". Embora aparentemente mais

democrática, esta proposta parece fazer jus ao qualificativo de Paternalista.

Para mostrar como ambas fraudam a expectativa da sociedade e porque não irão contribuir para que esta venha a legitimar e valorizar a universidade, se inicia com algo óbvio. A concentração da produção científica é a outra face da concentração dos recursos públicos especificamente alocados para a pesquisa, uma vez que o adicional de pesquisa associado ao estatuto da dedicação integral há muito deixou de induzi-la. É uma norma da comunidade de pesquisa que só devem ser financiados projetos bem avaliados pelos pares. Sabe-se também que esta norma induz a uma realimentação: as equipes que mais recursos recebem mais produzirão, e mais recursos ainda receberão. A "pujança econômica" é uma causa apenas parcial, e socialmente injusta – timidamente emite,

Uma causa seguramente mais importante é o critério com que se avalia os projetos. Em comunidades periféricas como a nossa, e por razões que elas não se questionam, o critério adotado é o mesmo dos países que produzem o conhecimento original. Neles, é uma teia de relações sociais – formada por empresas, ministérios como o da defesa, saúde e agricultura, etc – típica daqueles países, a responsável por um lento e útil, mas poderoso, mecanismo de indução do conteúdo da pesquisa. São as demandas daquelas sociedades, sinalizando áreas de relevância – econômica, social, militar – para a comunidade de pesquisa, e não uma mítica busca do avanço do conhecimento, o que preside a dinâmica tecnológica e científica. Os projetos quando competem por recursos já passaram pelo teste – substantivo – da relevância, cabendo aos pares o controle – adjetivo – de qualidade que seleciona os que merecem o dinheiro do

contribuinte.

Erram duas vezes os líderes de nossa comunidade, ao potencializar um critério de qualidade exógeno, que sustentam eles é universal e neutro, mas que os leva a substituir o substantivo pelo adjetivo. Primeiro, porque perpetuam uma pesquisa imitativa nas instituições do sudeste, mais conectadas ao *main stream*, que legitima seu resultado pela via do prestígio internacional. Instiram nos seus orientandos um conceito de ciência elitista e retrógrado, sacrificando inutilmente sua criatividade num hipódromo onde sua pule é de 5:1, a julgar pelos recursos que dispõem os pesquisadores dos países avançados. Inibem a detecção dos sinais de relevância que nossa sociedade – culturalmente mimética, politicamente tutelada, economicamente dependente e socialmente injusta – timidamente emite.

Segundo, porque desestimulam grupos que poderiam pesquisar temas estranhos ao *main stream*, mas localmente relevantes, utilizando o mais recente e *avançado* conhecimento produzido. Estes, como ocorre nos países menores da Europa, poderiam construir trajetórias de crescente qualidade, a partir da delimitação de espaços de relevância particulares. O fato de que exista em nosso meio um mecanismo discriminatório de alocação de recursos, embora não explique a quase inexistência dessas trajetórias, poderia estar contribuindo para inviabilizá-las.

A pesquisa realizada em nossas universidades, salvo contadas exceções nas áreas agrícola e de saúde, tem sido inócuia. A estruturalmente escassa demanda de nossa sociedade por misturas tecnológicas produzidas a partir de capacidade local submete as empresas e as universidades – boas e más – a um comportamento compreensivelmente imitativo. A pesquisa só se manteve até agora,

apesar de sua disfuncionalidade para o estilo de desenvolvimento que temos, porque a elite acadêmica tem conseguido convencer outras elites da meia-verdade de que a longo prazo toda pesquisa de boa qualidade é útil.

Isso não significa que não se necessite dos resultados que a pesquisa local poderia gerar para satisfazer as demandas materiais de um estilo de sociedade mais justo. A demo-cratização política iniciada há mais de dez anos alavancará, tomara que em breve e sem maiores custos sociais, um cenário de demo-cratização econômica. Integrar a metade dos brasileiros, hoje à margem do mercado, implica construir um outro Brasil (com tudo o que implica em termos de rodovias, comunicações, energia, alimentos, educação, saúde, habitação).

Preparar a universidade para esse cenário exclui tanto a proposta Elitista como a Paterna-lista antes comentadas. Os segmentos produtivos que ele privilegia, não se inserem na dinâmica econômica e tecnológica mundial e por isto não têm sido rejuvenescidos. Enge-nheirar o conhecimento científico e tecnológico novo para satisfazer as demandas que irá colocar é um urgente desafio que só a nós interessa e que exige a participação de todas as universidades.

Dado a originalidade dessas demandas, a antecipada concentração do nosso potencial para a produção de pacotes tecnológicos específicos, multidisciplinar, e conjuntamente concebidos, irá criar uma dinâmica de pesquisa inovativa relevante, endógena, e auto-sustentada. Na medida em que a pesquisa universitária se mostre relevante para viabilizar aquele cenário, e que alcance a verdadeira qualidade, ela será legitimada pela sociedade, e valorizada.

Introdução geral à alma alema

Zilá Bernd
Ufrgs/CNPq

O livro de estréia de Luís Augusto Fischer, *O edifício do lado da sombra*, quase teve por título *Introdução geral à alma alema*, e é o próprio autor quem nos torna cúmplices dessa sua hesitação, em Nota do Autor, em páginas pré-textuais. Se essa informação não tivesse sido dada ao leitor, ele provavelmente perceberia, à medida que fosse lendo os contos, a grande urgência do autor em desvendar o lado alemão (o lado da sombra?) de sua formação.

Essa antologia de contos, de valor desigual, mostra sutileza a dificuldade de se definir, hoje em nosso Estado, o perfil gaúcho. Os textos apontam para o caráter heterogêneo da decantada gauchidade, procurando mostrar que ela é tecida por muitos fios. Diferentes levas migratórias vieram aportar o diverso e provocar o salutar questionamento de uma identidade homogênea, assentada tão-somente na figura mítica do gaúcho. Assim, nestes contos muitas vezes autografados, o autor descreve e inventa a si próprio, procurando mostrar o plural de que são feitos sua vida e seu imaginário. O leitor ávido e o professor de literatura, duas facetas importantes da vida do autor, revelam-se através de epígrafes, que apontam certamente para autores e obras que mais o marcaram como leitor, enquanto diferentes passagens auto-referenciais remetem a



seu saber de mestre em letras.

Os melhores contos são aqueles em que os fragmentos da memória da infância trazem à tona experiências como a rigidez paterna que fazem o menino aprender que é a própria realidade que se encarregará de fornecer-lhe as respostas a suas dúvidas. Trata-se do aprendizado da situação de fronteira do qual só se conscientizará quando se tornar leitor de *Memórias*, de Bioy Casares. Assim, como artífice engenhoso da difícil arte do conto e da

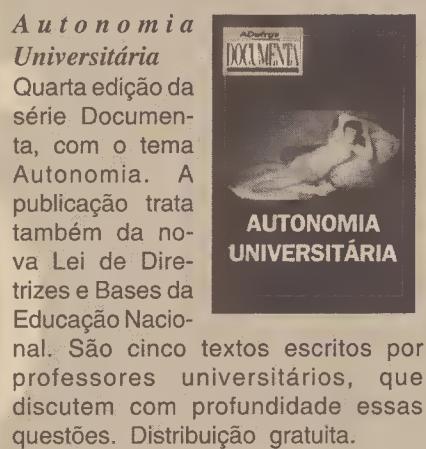
novela curta, Fischer superpõe o tempo pretérito e o tempo presente neste grande exercício de autoconhecimento que é a escritura.

Porém, nem só de intimismo é feito este pequeno livro que despertou o interesse da crítica nacional, tendo sido indicado para o prestigioso Prêmio Nestlé de Literatura (categoria conto estreante). Retomando de viés, um dos mais importantes veio da literatura sul-rio-grandense: o do exílio e da decadência expulso do meio rural, magistralmente inaugurado por Cyro Martins, Fischer nos comove com o conto "O alemão". Enquanto Cyro profetizou o drama dos sem-terra com sua triologia do gaúcho a pé, "exilado do campo e das distâncias", Fischer retoma o mito, atualizando-o na figura do descendente de imigrantes alemães que vem para a cidade, para encontrar o subemprego, a degradação e a morte.

Após a leitura, fica o desejo de querer mais, o desejo de que o laboratório do contista torne a produzir outros contos em que voltem a alternar-se com em *O edifício do lado da sombra*, em complementariedade dialógica, o respeito à origem e a necessidade de realizar seu luto, a sacralização da raiz de ultrapassá-la.

Obra: FISCHER, L. A *O edifício do lado da sombra*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1996.

ORELHA



Autonomia Universitária
Quarta edição da série Documenta, com o tema Autonomia. A publicação trata também da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. São cinco textos escritos por professores universitários, que discutem com profundidade essas questões. Distribuição gratuita.

Companhia Vale do Rio Doce: O engasgo dos Neoliberais

João César de Freitas Pinheiro

O texto tenta elucidar alguns pontos preliminares sobre o desmonte do Estado brasileiro, a conjuntura internacional, a inserção da CVRD nessa conjuntura e sua importância como agente de desenvolvimento nacional público.

Revista Adusp

Associação dos Docentes da USP

A edição de junho discute a crise dos movimentos sociais no Brasil sob a análise de Dom Pedro Casadália, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia no Mato Grosso, e do líder sem-terra João Pedro Stédile. Dois professores da USP fazem uma retrospectiva histórica e uma análise do ponto de vista da psicologia social.



21/07 - 18h30min - abertura / 19h - Painel: A globalização e os impasses do neoliberalismo

22/07 - 14h - Mesa-redonda: Sistema Financeiro e capital internacional / 19h - Painel: Privatização, desregulamentação e abertura dos mercados: Argentina, Chile, Inglaterra e México.

23/07 - 14h - Mesa-redonda: A proposta neoliberal no Chile, na Argentina e no México / 19h - Painel: Privatizações no Brasil

24/07 - 14h - Mesa-redonda: Política agrária e agrícola na globalização / 19h - Painel: "Estado Mínimo" - as reformas administrativa e da previdência e a privatização da saúde

25/07 - 14h - Mesa-redonda: Geopolítica das telecomunicações, do petróleo e da Amazônia / 19h - Painel Final/ Encerramento: Novas tecnologias, desregulamentação do Trabalho e desemprego

SEMINÁRIO

As regras do jogo

Em parceria com a Ufrgs, Prefeitura de Porto Alegre, Assembléia Legislativa, Câmara de Vereadores, e vários sindicatos e associações do estado, a Adufrrgs promove o seminário internacional "Globalização, neoliberalismo, privatização", de 21 a 25 de julho. O evento terá lugar no Salão de Atos da Ufrgs, e vai contar com a participação de painelistas da Argentina, Chile, México e Brasil. Incrições podem ser feitas pelo telefone (051) 226.2799 e Fax (051) 225.2550.

HEMEROTECA

London Review of Books

Volume 19 — número 11 — 5 de junho de 1997

The sound of Voices Intoning Names — Thomas Laqueur

Doom Sooner or Later — John Leslie

Mrs Straus's Devotion — Jenny Diski

After the May Day Flood — Seumas Milne on the new Labour Government

Birth of a Naison — John Kerrigan

Larkin was right, more or less — Michael Maisan

D&O — John Lanchester

Gossip — Frank Kermode

The Trouble with HRH — Christopher Hitchens

Mummy says I can't play at your house anymore — E. S. Turner

Good Girl, Bad Girl — Elaine Showalter

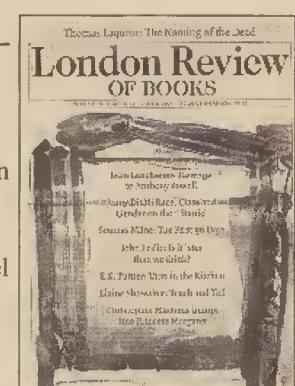
The Strangely Inspired Hermit of Andover — Christine Stansell

Hitchcock-Hawksien — Christopher Prendergast

Pseuds' Skyscraper — Mark Lilla

Turnip into Asparagus — Wolfgang Schivelbusch

What Bill and What Rights — Stephen Sedley



PROJETO UNICULTURA

Programação do mês de julho:

Dia 17 — Uniarte: Ilimites

Dia 21 — Unidéia: Doação de órgãos: direito ou dever?

Dia 22 — Unifilme: Traisnspotting

Dia 23 — Unicena: Dona Rosita

Dia 24 — Unifoto: A Fotografia de Autor — O Último Trem, ensaio de Helena Papadópolis

Dia 27 — Unicâmara: Concerto de Encerramento do 10º Seminário de Música de Montenegro

Dia 28 — Unidéia: Exilados

Dia 30 — Unidança: Cia. de Dança Moderna da UFPR

Dia 31 — Unimúsica: Banda Quíron/ Caravana Três

Um dente a menos na engrenagem da Febem

Poucas pessoas prestaram atenção à passagem de um homem de meia-idade por Porto Alegre no dia 16 de junho. Como pesquisador, ele veio lançar o livro "Os Filhos do Governo", um retrato fiel da primeira geração de abandonados na Febem e as consequências da repressão sobre estas 370 crianças que amadureceram antes do tempo graças a um Pai carrasco (o Estado brasileiro). Como homem, Roberto da Silva atravessou na Capital gaúcha mais uma parede que o separa da vida da maioria das pessoas. Até hoje ele não conseguiu se livrar do estigma de ter sido um filho do governo e ter passado por todas as situações objeto da pesquisa pessoal, que acabou virando tese de seu mestrado na USP.

A convite da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e da Adufrgs, o agora professor Roberto da Silva contou aos gaúchos como foi dormir no colo da mãe e acordar numa instituição desconhecida onde passou 11 anos, ser prisioneiro do Carandiru e remontar esta história como uma espécie de quebra-cabeça onde cada peça o ajudava a resgatar sua identidade.

James Görgen

Adverso – Em seu livro, o processo de militarização que gerou o sistema Febem aparece como um dos responsáveis pela marginalização das crianças e adolescentes criados pelo “Pai Estado”. Como este mecanismo formou a personalidade dos meninos que foram foco da pesquisa?

Roberto da Silva – Impessoalidade, sublimação dos próprios sentimentos, excessiva “masculinização” das relações sociais entre meninos, ênfase no desenvolvimento de habilidades físicas e corporais em detrimento do estudo, da cultura e da religiosidade e sobreposição dos “atributos institucionais” (força, predisposição para o uso da violência e obediência incondicional) em detrimento do desenvolvimento da sensibilidade, do bom senso e do questionamento. Ressalte-se que os Filhos do Governo não tornaram-se infratores ou “conformistas” dentro da Febem; tais mecanismos passaram a operar quando da desinternação, pois foram desinternados na mesma condição em que foram internados: abandono. Quando os “imperativos da sobrevivência” falaram mais alto, os meninos “sabiam como lutar por ela”.

Adverso – De 1964 para cá, a Febem mudou?

Roberto – A desmilitarização não significou o fim da cultura institucional já estabelecida. Segurança e disciplina ainda orientam as práticas institucionais e a postura dos monitores, técnicos e profissionais ainda é a da “redução” dos internos aos ditames da instituição.

Adverso – Para o senhor, a sociedade foi avalista da lógica que permite ao Estado criar um aparelho de repressão como o da Febem?

Roberto – Sim, particularmente as ciências humanas, sociais e biológicas, que tinham não somente a sua formação, mas também as suas práticas voltadas para a instrumentalização de um projeto político.

Assistentes sociais, psicólogos, juízes e médicos sempre agiram, e alguns ainda agem, em função de objetivos institucionalmente dados e não em favor do indivíduo. A sociedade civil avalizou tais práticas delegando ao Estado a tutela sobre seus filhos, ignorando completamente o que ocorria por trás dos muros das instituições.

Adverso – Existia alguma diferença de tratamento entre uma criança que ia parar na instituição por abandono ou por ordem da

Fábrica Osanai



Roberto da Silva

"O Estado brasileiro não tem tradição de proteção à família"

Justiça e os chamados menores infratores?

Roberto – Em São Paulo, até 1969 não, quando finalmente foram criados o Centro de Recuperação e Triagem (CRT), o Centro de Observação Feminina (COF) e o Recolhimento Provisório de Menores (RPM) na capital; os dois últimos já concebidos como “prisão para menores”, e parodiando Goffman, “locais onde se fazem experiências com o eu”, segundo determinações do Grupo de Trabalho que os concebeu. Estas definições aparecem nos Anais da X e XI Semana de Estudos sobre Problemas de Menores, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Adverso – O que salvou o senhor de ter o mesmo destino de outros meninos da Febem?

Roberto – Até a segunda passagem pela prisão, minha trajetória de vida era absolutamente semelhante a de todos os demais. Estudando casos dentro da prisão, inclusive o meu, dei-me conta, depois de muitas leituras de Filosofia, Sociologia e Ciência Política, da forma como a sociedade legitimava a ação do Estado e de como este podia controlar completamente a vida das pessoas sob sua tutela. Concebia o aparato jurídico-policial-administrativo como uma engrenagem que movimentava-se a cada abandono e a cada delito cometido. Recusar-me a delinqüir foi uma atitude política, no sentido de não mais permitir que a máquina funcionasse, ou que pelo menos eu não fosse conivente com ela. Hoje o trabalho é no sentido de tirar a criança abandonada das engrenagens desta máquina.

Adverso – Depois de reencontrar dois irmãos e estar brigando na Justiça para que o Estado procure seu outro irmão e sua mãe, você diz que não possui laços familiares. Em que sentido este vácuo prejudica sua vida?

Roberto – Viver tanto tempo ignorando a própria história de vida, a própria identidade e um futuro incerto, torna a pessoa sem raízes, sem apegos,

sem projetos, e consequentemente, sem senso de responsabilidade social. O sonho de ter uma família passa a ser uma mera idealização porque ele não tem alicerces na realidade, isto é, não foram construídos os sentimentos próprios da devoção filial, da cumplicidade entre irmãos ou as preocupações próprias de pais em relação aos filhos. O resultado é uma vida social, afetiva e amorosa retraída ou marcada por atitudes impulsivas.

Adverso – Como o Estado deve encarar e tratar a questão da Infância e da Juventude? O Estatuto da Criança e do Adolescente vem cumprindo sua função?

Roberto – O Estado brasileiro não tem tradição de proteção à família. Seus arremedos de políticas sociais são voltados para a criança, para o adolescente, para a mulher ou para o idoso, numa prática de segregação familiar que evidencia seu protecionismo e intervencionismo. As únicas pessoas sob as quais o Estado pode e deve ter a custódia legal são as judicialmente condenadas à pena de reclusão, com sentença transitada em julgado, e talvez, os índios. Ao criar os

Conselhos Tutelares, o ECA criou a instância necessária para que a sociedade assuma a responsabilidade pelos seus próprios filhos. Só é necessário que os conselheiros tutelares capacitem-se e especializem-se, para que o Poder Judiciário reconheça neles a possibilidade de finalmente tirar a criança e o adolescente da tutela do Juiz e submetê-lo à tutela de educadores sociais. Nesta capacitação a universidade tem um papel fundamental.

Adverso – Qual a sua proposta para desativar a estrutura da Febem?

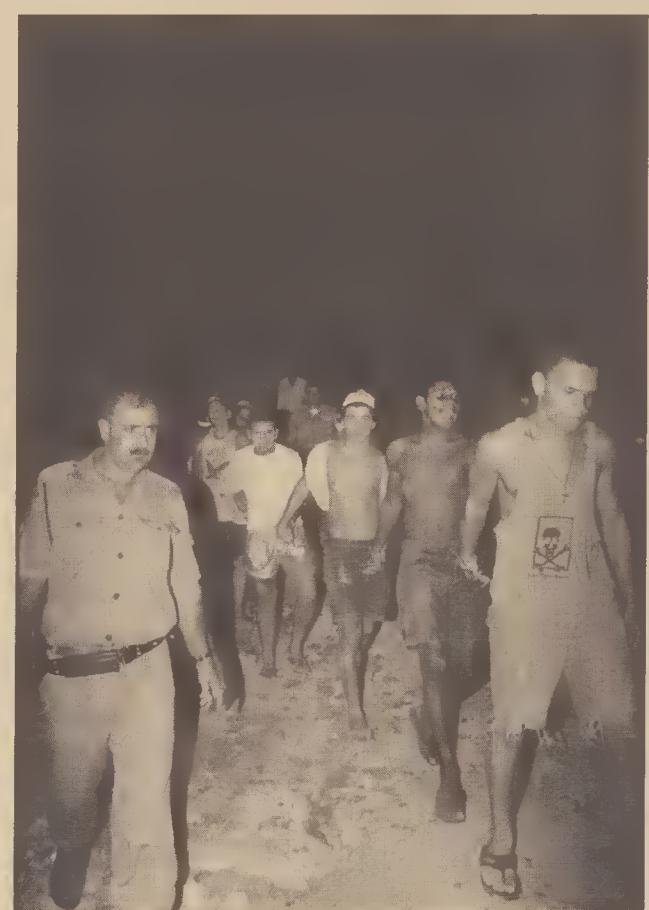
Roberto – Entreguei-a à presidência da Febem e ao deputado Marcos Rolim. Foi elaborada para e pela Subcomissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da OAB-SP. Trata-se basicamente de reservar para a Febem, com as atribuições de diagnóstico, estudo e pesquisa, a responsabilidade pelo adolescente em conflito com a lei, municipalizando o atendimento à criança carente e abandonada, pelo atendimento direto ou por convênio com entidades particulares. Tal proposta passa pela reformulação dos estatutos da Febem, abrindo a composição do seu Conselho Deliberativo à participação da sociedade civil e retirando dela as prerrogativas de elaborar políticas sociais, deixando-lhe apenas a execução, conforme prega o ECA.

Adverso – Partindo de sua experiência pessoal, o senhor elaborou uma tese de mestrado que obteve nota 10 na USP. Até que ponto a visão do pesquisador pode ser dominada por sua experiência de vida para a elaboração de um trabalho científico?

Roberto – A construção do sentido de verdade passa pelo crivo da experiência pessoal. Neste sentido, e particularmente na área de pesquisas sociais e humanas, a vivência do sujeito, quando representativa de uma geração, de uma época e de uma dada política social, pode ser instrumento eficaz para desnudar as mazelas de um “pensamento científico ou ideológico aplicado ao social”. O trato com o ser humano requer mais sentimento, mais sensibilidade e menos “ciência”, sobretudo quando identificamos que a academia forma médicos e profissionais, mas não necessariamente “Homens” e “Mulheres”. Em uma pesquisa longitudinal como a que fiz, o cuidado metodológico consistiu em ser fiel à similitude da minha história de vida com a amostra, em conhecer muito bem as fontes documentais analisadas e utilizar matrizes conceituais reconhecidas pela academia, como Foucault, Goffman e Winnicott.

Adverso – Qual o tema da tese de doutorado que o senhor defenderá na USP?

Roberto – “Desinstitucionalização: perspectivas de inserção social para adolescentes e adultos institucionalizados”. Tendo a “institucionalização” e “prisionização” como fatores estruturadores da identidade, da subjetividade e da sociabilidade, vou investigar, no Brasil e na França, entre jovens adultos presos, mulheres presas por mais de cinco anos e homens presos há mais de dez, quais as reais possibilidades que eles têm de reconstruir suas vidas em liberdade, do ponto de vista da constituição da identidade, das relações familiares, da escola, do trabalho e das relações sociais.



Sociedade civil legitima as ações do Estado na Febem

Valdir Friolin/Agência RBS